

Sábado, 05 de Setembro de 2026

Projetos para banir anúncios de 'bets' em espaços públicos aguardam votação

Fortaleza poderá se tornar mais uma capital brasileira a proibir a publicidade de apostas esportivas e jogos de azar, conhecidas como "bets", em espaços públicos e no transporte coletivo. **O banimento desse tipo de anúncio já é uma realidade em Belo Horizonte (MG) e no Rio de Janeiro (RJ)**, que baixaram decretos para a adoção dessa medida.

Pelo que aponta um levantamento realizado pelo *PontoPoder* no sistema de tramitação da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor), **pelo menos cinco projetos de lei protocolados na atual legislatura versando sobre o tema estão travados e aguardam avanços** para serem votados e, se aprovados, submetidos à sanção do prefeito Evandro Leitão (PT) para sanção ou veto.

Três estão travadas nas comissões

O primeiro deles foi o da vereadora Priscila Costa (PL), que em março do ano passado ingressou com uma proposição que proíbe a publicidade das plataformas de apostas **em praças, parques, mobiliário urbano, terminais de ônibus, no transporte público, em instituições de ensino e arredores, nos veículos de comunicação oficiais do município e eventos do Poder Público**.

Atualmente, a matéria da parlamentar do PL encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa Legislativa aguardando designação de relator. A penalidade prevista para quem desobedecer a proibição é de multa de até R\$ 20 mil ou até mesmo cassação do alvará de empresas de comunicação responsáveis pelos anúncios.

Em maio de 2025, foi a vez da vereadora Adriana Gerônimo (Psol) protocolar um projeto semelhante. A proposição de Gerônimo foi apensada à da colega de plenário do PL e também foi direcionada para a CCJ, onde aguarda designação do relator.

O de Gerônimo, por sua vez, **mençãoa outros equipamentos que também não poderão ter anúncios de "bets" instalados, a exemplo de muros, eventos patrocinados ou apoiados direta ou indiretamente pelo Município**, uniformes e materiais esportivos ou escolares utilizados em projetos ou programas da gestão municipal. A multa prevista é de até R\$ 10 mil.

Em novembro do ano passado, o vereador Gardel Rolim (Republicanos) se juntou às companheiras de legislatura e ingressou com o seu projeto de lei versando sobre o tema. A dele também foi apensada e está na CCJ, onde aguarda designação do relator.

A proposta do político amplia ainda mais o rol de lugares que não poderão receber anúncios, **incluindo os imóveis públicos ou privados voltados para o espaço urbano e as praças esportivas (inclusive estádios, areninhas e quadras)**. Rolim propôs multa de até R\$ 10 mil, advertência por escrito na primeira autuação e remoção compulsória às custas do infrator.

Duas aguardam leitura no plenário

Em junho deste ano, o vereador Professor Enilson (Cidadania) apresentou um projeto de lei sobre mesmo assunto. **A matéria ainda não foi pautada**.

A vedação proposta por Enilson não detalha a eventual imposição de multas ou outras penalidades a quem descumprir as regras, somente determina que ela deve ser imposta "à veiculação de publicidade e patrocínio de casas de apostas online em espaços, equipamentos e eventos públicos municipais".

O projeto de lei mais recente acerca do assunto foi o da vereadora Adriana Almeida (PT), que propôs a vedação de contratos administrativos, permissões, concessões, autorizações e parcerias celebradas pelo Município de Fortaleza para promoção institucional de plataformas de apostas e jogos de azar. O dela aguarda inclusão na pauta.



Legenda: Cidades como o Rio de Janeiro já proibiram publicidade em locais públicos.

Foto: Reprodução/Prefeitura do Rio.

Pelo texto, ficaria vedada a inserção, manutenção ou renovação de cláusulas contratuais que autorizem a divulgação, promoção ou exploração comercial de marcas, produtos ou serviços relacionados com "bets" em bens públicos.

Conforme a proposta da petista, o Município também não poderá celebrar ou manter acordos que permitam patrocínios ou utilização de marcas em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Público por "bets", assim como a associação institucional da administração pública municipal com plataformas de apostas.

A reportagem acionou a assessoria de comunicação da CMFor para tratar sobre o andamento das propostas citadas. Não houve retorno.